

A crise da dívida e seus custos

Dionísio Dias Carneiro

O saudoso Carlos Díaz-Alejandro observou, certa vez, que os pecados dos latino-americanos são tão conspícuos, que, tal como as vítimas de estupro, nos tornamos candidatos naturais a suspeitos, em qualquer crime do qual nos apresentemos como vítimas. Na abertura do XXII período de sessões da CEPAL, no Rio, o secretário-executivo Gert Rzenthal chamou a atenção do mundo para os US\$ 170 bilhões que os países da América Latina e do Caribe transferiram para seus credores desde a explosão da crise da dívida. Diante de uma exportação de capitais dessa magnitude, tornam-se supérfluas as demais explicações para a estagnação econômica do continente. Mesmo de vítimas tão pouco virtuosas, não se podem esperar milagres diante do absurdo de irresponsabilidade coletiva em que se transformou a crise da dívida externa do terceiro mundo, que completará seis anos em 1988.

No caso brasileiro, informa-nos o Banco Central que no período 1982/86 pagamos um total de amortizações e juros no valor de US\$ 76,746 bilhões, para um ingresso total de todas as fontes de apenas US\$ 48,520 bilhões, ou seja, houve uma transferência financeira líquida ao exterior de US\$ 28,226 bilhões. Aos bancos

privados foi pago um total de US\$ 49,087 bilhões dos quais US\$ 41,674 de juros e US\$ 7,413 a título explícito de amortizações, enquanto recebemos (essencialmente entre 1982 e 1984) um total de US\$ 24,985 bilhões, ou seja, US\$ 24,1 bilhões foram transferidos liquidamente aos bancos privados.

O montante transferido liquidamente ao exterior representa quase um quarto de tudo que o país recebeu em pagamento por suas exportações ao longo de cinco anos de "ajustamento", ou ainda, praticamente o dobro do que o país gastou, no mesmo período, com importações de bens de capital. Compreende-se, assim, que nem todos possam compartilhar das opiniões recentemente expressas pelo secretário Baker e pelo diretor-gerente Camdessus acerca do acerto da estratégia global de ajustamento adotada desde 1982 sob a liderança do governo norte-americano.

Desde 1984, temos razões ainda mais sérias para preocupação. Além de mantermos fluxos negativos com os bancos privados que, afinal, têm o direito de não mais participar voluntariamente neste jogo de financiar déficits de balanços de pagamentos, se ele se tornou arriscado demais, também as agências multilaterais passaram à condição de receptores líquidos. Estas receberam liquidamente do Brasil quase US\$ 700 milhões em 1985 e

1986. Somente em 1987, o fluxo negativo para o BIRD, o FMI e o BID totalizou US\$ 1,7 bilhão, ou seja, aproximadamente o valor do déficit global do balanço de pagamentos brasileiro no ano, segundo as estimativas recentemente divulgadas pelo Banco Central.

O ônus para a economia brasileira, que representou a súbita paralisação dos mercados financeiros que vinham financiando a dívida do terceiro mundo até 1982, costuma também ser estimado por outra via. Dividindo-se a transferência de recursos reais (isto é, o saldo de mercadorias e serviços) para o exterior pelo PIB, obtém-se a fração do produto interno bruto não consumida pelos brasileiros, que tampouco pode ser investida no aumento da capacidade produtiva futura. Entre 1982 e 1986, esta fração representou cerca de 3,6% do total produzido. Esta ótica é importante, por permitir uma visão mais clara dos desdobramentos futuros dos problemas atuais causados pela crise da dívida. Dado que nos últimos três anos a economia brasileira tem investido apenas cerca de 16% do produto, provavelmente o nível mais baixo por um período tão prolongado desde o pós-guerra, percebe-se que somente a conversão em investimento destas transferências de recursos ao exterior representaria uma elevação da taxa de investimentos para algo próximo ao experimentado na primeira metade

dos anos setenta. Se convertidos em investimento, os recursos transferidos ao exterior representariam uma elevação entre 1,2 e 1,5 pontos percentuais ao ano da taxa de crescimento factível para os próximos anos, ou seja, a diferença entre poder crescer a 5% ao ano e almejar uma taxa auto-sustentada próxima de 6,5%.

As consequências desse quadro são bem conhecidas, mas não custa lembrá-las: a contratação hoje do crescimento mediocre de amanhã; o aguçamento dos conflitos distributivos internos, com a natural propensão à inflação como solução ineficiente, temporária e posterizadora desses conflitos; finalmente, a pressão desorganizadora sobre as contas do setor público. Uma vez que o governo é em última análise o grande devedor, e como tal tem de adquirir dos exportadores os dólares que precisa transferir para o exterior, vê-se de um lado sob uma pressão contínua para o aumento do déficit e, de outro, limitado em sua capacidade de investir. Sanciona-se assim o quadro dramático que hoje vivemos, de estagnação econômica com pressões inflacionárias crescentes.

Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ